



## CNTV participa de celebração com Ministro Luiz Marinho e trabalhadores terceirizados que tiveram ampliação de direitos

**Chico Vigilante, vigilante, trabalhador terceirizado licenciado, Deputado Distrital e Diretor da CNTV celebrou a conquista com trabalhadores**



Após a assinatura e publicação do Decreto Presidencial que ampliou dos direitos dos trabalhadores terceirizados, foi a vez de realização de ato com trabalhadores para comemorar este feito.

O encontro aconteceu no auditório do edifício-sede do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que também abriga o Ministério da Previdência Social, na Esplanada dos

Ministérios, em Brasília (DF). Além do ministro Marinho, participaram da mesa a funcionária terceirizada Maria da Luz dos Santos, a deputada federal Érica Kokay, o diretor da Confederação



**Trabalhador terceirizado licenciado vigilante, Deputado Distrital e Diretor da CNTV - Chico Vigilante**

Nacional dos Vigilantes e deputado distrital Chico Vigilante, o secretário-executivo do MTE, Chico Macena, e o secretário do Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social, Paulo Roberto dos Santos Pinto.

Em um auditório lotado, composto majoritariamente por trabalhadores terceirizados e com um clima de comemoração, Marinho celebrou a assinatura do decreto que estabelece garantias trabalhistas a serem observadas nos contratos firmados com a administração pública federal direta, autárquica e fundacional. O decreto foi publicado no Diário Oficial da União nesta data. “O decreto assinado por Lula é um resgate de injustiças e ilegalidades cometidas contra os trabalhadores, especialmente os terceirizados. Faz parte do processo de reconstrução de direitos”, afirmou o ministro.

O novo ato administrativo do governo federal visa proteger os direitos trabalhistas dos terceirizados na administração pública, buscando evitar a precarização das condições de trabalho. De acordo com dados do Ministério da Gestão e Inovação (MGI), cerca de 73 mil pessoas trabalham como terceirizados no serviço público federal.

Luiz Marinho também lembrou os desafios enfrentados pelo país após o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, classificando o evento como um golpe contra o governo e a classe trabalhadora. Ele destacou as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores terceirizados nos últimos anos, reforçando a importância da valorização de todas as funções. “A terceirização não pode ser sinônimo de precarização”, enfatizou.

O ministro apontou ainda que a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva fazia parte de um processo de retirada de direitos dos trabalhadores. Segundo Marinho, com a recondução de Lula ao cargo em 2022, o governo está empenhado em corrigir as injustiças cometidas no passado.

Luiz Marinho reiterou o compromisso do governo em combater as injustiças e garantir que todos os trabalhadores sejam tratados com dignidade e respeito, independentemente de suas funções. Ele encerrou agradecendo aos presentes e à audiência que acompanhava o evento online, desejando um futuro com mais direitos e oportunidades para todos.

**Fonte: Ministério do Trabalho com alterações**

CNTV

# Governo Lula quer acabar com saque-aniversário do FGTS e propor nova modalidade de crédito consignado

**Segundo o ministro do Trabalho, Lula já deu aval ao plano de extinguir o saque-aniversário e a proposta deve ser enviada ao Congresso em novembro**



**Lula e o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, no Palácio do Planalto (Foto: Ricardo Stuckert/PR)**

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho (PT), anunciou que o presidente Lula (PT) já deu aval ao plano de extinguir o saque-aniversário do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A proposta deve ser enviada ao Congresso Nacional em novembro, logo após as eleições municipais.

Em substituição ao saque-aniversário, o Palácio do Planalto planeja criar um novo formato para que trabalhadores do setor privado tenham mais acesso ao crédito consignado, que é descontado diretamente da folha de pagamento. “Aliás, ele [Lula] está me cobrando. Cadê o consignado? Porque nós aqui

vamos oferecer um direito a pessoas que hoje não estão cobertas em nenhum lugar”, declarou Marinho em entrevista à TV Globo e ao g1.

### **Impacto do saque-aniversário**

O saque-aniversário, criado em 2020, permite que os trabalhadores retirem anualmente uma parte do saldo de suas contas do FGTS no mês do aniversário. Embora a adesão seja opcional, aqueles que aderem enfrentam restrições em caso de demissão, podendo sacar apenas a multa rescisória de 40%, mas não o valor integral acumulado no fundo. Estima-se que mais de 9 milhões de trabalhadores foram prejudicados por essas regras e ficaram sem acesso a R\$ 5 bilhões de seus recursos.

O impacto econômico do saque-aniversário também é significativo: em 2023, os trabalhadores sacaram R\$ 38,1 bilhões, dos quais R\$ 23,4 bilhões foram repassados às instituições financeiras como garantia para operações de crédito antecipadas.

### **Desafios e negociações**

Marinho está buscando apoio para o fim do saque-aniversário desde o início do governo, mas encontrou resistência no Congresso, especialmente entre parlamentares que têm receios quanto aos juros do consignado. “A demora ocorre porque falta a discussão, ter

a segurança que o Congresso vai recepcionar [ou seja, aprovar a ideia] e nós precisávamos também pactuar internamente no governo”, explicou o ministro.

Ele tem discutido a proposta com lideranças como o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e pretende intensificar as conversas com todas as bancadas partidárias para apresentar o problema e a solução planejada.

### **Proposta de nova modalidade**

O governo está estudando medidas para reduzir a resistência dos parlamentares, como a possibilidade de estabelecer um teto para os juros dos empréstimos consignados. Marinho sugere que, apesar da mudança de modalidade, é possível manter o mesmo padrão de taxas de juros, aproveitando as garantias que os trabalhadores oferecem, como a folha de pagamento e o FGTS em caso de demissão.

Outro ponto da proposta é a transição para o novo modelo, com um período de adaptação para que contratos já existentes ligados ao saque-aniversário sejam encerrados ou migrem para o crédito consignado. A duração desse período ainda não está definida e deve ser discutida no Congresso.

fonte: 247

# No STF, Zanin pede vista e suspende julgamento sobre contrato de trabalho intermitente

**Modalidade foi criada na reforma de 2017 formaliza serviços temporários, os chamados 'bicos'**



Cristiano Zanin, ministro do STF Rosinei Coutinho/STF

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu vista e suspendeu o julgamento de três ações que questionam a validade do contrato intermitente, criado na reforma trabalhista de 2017. Essa modalidade de trabalho formaliza serviços temporários, os chamados “bicos”. O julgamento era realizado no plenário virtual que começou na última sexta-feira, 6. Até o momento, o placar está em 5 a 2 para manter esse tipo de contrato.

Os contratos intermitentes atendem a demandas sazonais, ou seja, o empregado presta serviços apenas quando chamado.

Segundo as entidades sindicais que ajuizaram as ações, tal contrato viola a dignidade humana e causa a precarização da relação de emprego. Defensores dizem que esse tipo de relação trabalhista aumenta a geração de emprego entre os mais jovens.

Em 2020, o relator, Edson Fachin, votou para acolher as ações e afirmou que a jornada intermitente promove a “instrumentalização da força de trabalho humana” e ameaça a saúde física e mental do trabalhador. Ele foi seguido pela ministra Rosa Weber, já aposentada.

O ministro Kássio Nunes Marques abriu a divergência, defendendo a legitimidade do contrato intermitente. Ele argumentou que essa nova modalidade tem as vantagens de “promover jornadas mais flexíveis aos empregados” e “de reduzir custos das empresas”.

Também afirmou que o trabalho intermitente não causa, necessariamente, a redução de renda, e ainda contribui com a redução do desemprego. Os ministros Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes e André Mendonça votaram no mesmo sentido.

O ministro Luiz Fux também votou para manter o contrato intermitente, mas apontou uma “omissão inconstitucional no regramento” desse tipo de jornada e propôs a fixação de um prazo de 18 meses para o Congresso definir regras.

Para ele, os parâmetros criados na reforma trabalhista “revelam-se insuficientes para garantir o respeito mínimo a direitos constitucionalmente protegidos”.

Fonte: Jornal O Dia

# Setor de serviços cresce pelo segundo mês seguido, indica IBGE

**Indicador se encontra 15,4% acima do nível de fevereiro de 2020 (pré-pandemia) e renova o ponto mais alto da série**

ECONOMIA|Clarissa Lemgruber, do R7, em Brasília



**No ano, setor acumulou ganho de 1,8%**Fernando Frazão/Agência Brasil

O setor de serviços, responsável por cerca de 70% do PIB (Produto Interno Bruto) nacional, cresceu 1,2% em julho, segundo resultado positivo seguido. Nos primeiros sete meses do ano, o setor acumulou ganho de 1,8%. Em 12 meses, o setor mostrou ganho de dinamismo ao passar de 0,8% em junho para 0,9% em julho de 2024. Os dados foram divulgados nesta quarta-feira (11) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O setor de serviços se encontra 15,4% acima do nível de fevereiro de 2020 (pré-pandemia) e renova o ponto mais alto da sua série.

O resultado positivo de julho foi acompanhado por três das cinco atividades de divulgação investigadas, com destaque para os avanços de profissionais, administrativos e complementares (4,2%) e de informação e comunicação (2,2%), que acumularam ganhos,

nos dois últimos meses, de 6,5% e de 3,8%, respectivamente.

A outra expansão veio de outros serviços (0,2%), que recupera pequena parcela da perda acumulada entre maio e junho (-0,8%).

Em contrapartida, o setor de transportes (-1,5%) exerceu o principal impacto negativo sobre o total do volume de serviços, seguido pelos prestados às famílias (-0,2%).

Todos os meses, quando a PMS é divulgada, o IBGE atualiza o resultado do mês anterior. Em julho, por exemplo, o instituto havia divulgado que o indicador de maio tinha ficado estável. Neste mês, o valor foi atualizado para uma queda de 0,5%.

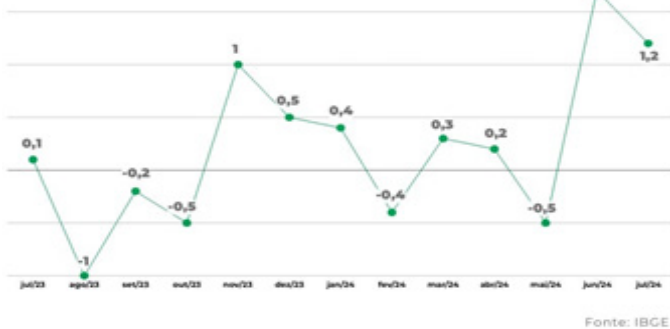
## **Julho de 2023 x julho de 2024**

Em comparação com julho do ano passado, o volume do setor de serviços apontou expansão de 4,3%, segundo resultado positivo seguido. O

R7

## VOLUME DOS SERVIÇOS NO BRASIL

Comparado ao mês anterior (%)



### Volume dos serviços no Brasil Luce Costa/Arte R7

avanço deste mês foi acompanhado por quatro das cinco atividades de divulgação e contou ainda com crescimento em 60,8% dos 166 tipos de serviços investigados.

Entre os setores, os de informação e comunicação (9,8%) e os profissionais, administrativos e complementares (9,1%) exerceram os principais impactos positivos.

Os demais avanços vieram de outros serviços (6,0%) e dos serviços prestados às famílias (2%).

Em sentido oposto, os transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-1,7%) exerceram a única influência negativa.

### Resultado por estado

Regionalmente, em comparação com junho, 14 das 27 Unidades da Federação assinalaram expansão no volume de serviços em julho, acompanhando o avanço observado no resultado do Brasil (1,2%).

Entre os locais que apontaram taxas positivas nesse mês, o impacto mais importante veio de São Paulo (2,4%), seguido por Distrito Federal (14,8%), Rio de Janeiro (0,6%), Minas Gerais (0,9%) e Rio Grande do Sul (1,5%).

Em contrapartida, Espírito Santo (-2,3%), Mato Grosso (-1,7%) e Paraná (-0,2%) exerceram as principais influências negativas do mês.

Fonte: R7

# Acordos em centro de conciliação no TST já movimentaram quase R\$ 1 bilhão

**Criado no início de 2023, Cejusc/TST encerrou 3,7 mil processos por meio do diálogo mediado entre as partes**



Criado em fevereiro de 2023, o Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal Superior do Trabalho (Cejusc/TST) já movimentou R\$ 978,6 milhões em acordos. Os dados foram apresentados na tarde desta quinta-feira (5), na reunião da

Comissão Nacional de Promoção à Conciliação da Justiça do Trabalho (Conaproc).

O anúncio foi feito pelo vice-presidente do TST e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministro Aloysio Corrêa da Veiga, coordenador nacional da Conaproc e do

Centro de Conciliação do tribunal. “Com pouco mais de um ano de funcionamento, o Cejusc TST já solucionou mais de 3.700 processos, com um índice de conciliação superior a 68%”, disse.

### **No país, conciliação envolveu R\$ 6,9 bi**

O ministro apresentou dados de 2023 dos Cejuscs da Justiça do Trabalho de todo o país. Foram realizadas 339,6 mil audiências, homologados 122,1 mil acordos e movimentados R\$ 6,9 bilhões. Desse montante, R\$ 614 milhões são recolhimentos previdenciários e R\$ 631 milhões arrecadações fiscais.

### **Resultados da Semana da Conciliação foram premiados**

A reunião do Conaproc também foi marcada pela premiação dos Tribunais Regionais do Trabalho que se destacaram na edição deste ano da Semana Nacional da Conciliação Trabalhista, realizada em maio. O ministro considerou os resultados impressionantes e lembrou que cada acordo fechado reflete positivamente não só nas partes envolvidas, mas em toda a sociedade.

“Em 2024, alcançamos 29.245 acordos homologados, totalizando R\$ 1,755 bilhão. Além disso, foram recolhidos R\$ 218,1 milhões em contribuições previdenciárias. Mais de 400 mil pessoas foram atendidas em todo o Brasil”, disse. “Esse esforço conjunto nos permite quebrar recordes e aprimorar o atendimento a cada edição”.

### **Atuação mostra relevância da Justiça do Trabalho**

O presidente do TST, ministro Lelio Bentes Corrêa, participou da entrega dos certificados e elogiou magistradas e magistrados pela sensibilidade de ver, por trás de cada processo, um drama humano. Segundo ele, a Justiça do Trabalho é o ramo do Judiciário que responde de maneira mais rápida e efetiva às demandas da sociedade brasileira. “Nossa magistratura, de forma exemplar, indica para a sociedade brasileira a relevância da Justiça do Trabalho, a determinação e compromisso com o esforço conciliatório, e sinaliza que constituímos um ramo essencial do Estado brasileiro para proteger direitos e preservar a paz social”, disse.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

Para a premiação, foram levados em conta o porte do tribunal, o número de acordos e de pessoas atendidas e os valores movimentados. Confira a lista dos tribunais agraciados:

### **Grande porte**

TRT da 15ª Região (Campinas/SP)

TRT da 2ª Região (SP)

TRT da 1ª Região (RJ)

### **Médio Porte**

TRT da 9ª Região (PR)

TRT da 5ª Região (BA)

TRT da 6ª Região (PE)

### **Pequeno Porte**

TRT da 23ª Região (MT)

TRT da 21ª Região (RN)

TRT da 17ª Região (ES)

**Confira as fotos da entrega dos certificados no Flickr do CSJT.**

**(Flávia Felix/AJ/CF)**

**FONTE: TST -**

**SECOM - Secretaria de Comunicação**

## **PETROLINA/PE**



www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF